



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.156-A, DE 2021 **(Do Sr. Francisco Jr.)**

Altera o art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para instituir a obrigatoriedade da oferta diária de lanche para estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino; tendo parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação do PL 4156/21 e dos PLs 4265/21, 2344/22, 2575/23 e 345/26, apensados, com substitutivo (relatora: DEP. CLARISSA TÉRCIO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA;

EDUCAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: 4265/21, 2344/22, 2575/23 e 345/26

III - Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2021

(Do Sr. Francisco Jr)

Altera o art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para instituir a obrigatoriedade da oferta diária de lanche para estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei objetiva incluir dispositivo no texto da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, tornando obrigatório que as escolas da rede pública de ensino ofereçam diariamente lanche, no período que antecede o início das aulas, para os estudantes nelas matriculados.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“
.....**Art. 12- A** O Poder Público, ficará obrigado a fornecer diariamente lanche, no período que antecede o início das aulas, para os estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.
Parágrafo único - O cardápio do lanche a que se o caput deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013.” (NR)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Francisco Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216708324500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Diversos estudos apontam que os alimentos são os grandes responsáveis por garantir os nutrientes e a energia necessária não só para o correto funcionamento do nosso organismo, mas também para as nossas funções cognitivas.

Além disso, uma alimentação saudável, com a ingestão adequada de vários nutrientes, contribui para a melhoria significativa da nossa atividade cerebral. Isso influencia diretamente em nossos índices de concentração na capacidade de reter novas informações.

Desta forma, se alimentar bem é de suma importância na vida acadêmica.

No dia 17/11/2021, a BBC News Brasil, publicou relatos de professores que vivenciaram a fome em seus estudantes:

“Ela sentou e abaixou a cabeça na mesa. Eu estranhei e chamei ela à minha mesa. Ela veio e eu perguntei se ela estava bem. Ela fez com a cabeça que estava, mas com aquele olhinho de que não estava. Perguntei se ela tinha comido naquele dia, ela disse que não. Fui pegar algo para ela na minha mochila — porque eu sempre levo um biscoitinho ou uma fruta para mim mesma. Mas não deu tempo. Ela desmaiou em sala de aula.”

O relato é de uma professora da rede municipal do Rio de Janeiro. A aluna tem 8



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Francisco Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216708324500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

anos, o episódio aconteceu em setembro deste ano.

“Nesse caso, nós percebemos na educação física, porque o estudante desmaiou na quadra. Aí, conversando, ficamos sabendo que ele ainda não tinha se alimentado naquele dia e já era o período da tarde”, relata a educadora, explicando que, na escola estadual, há apenas uma refeição por turno, na hora do intervalo (10h para os estudantes da manhã e 16h para os da tarde). O menino tem outros irmãos. E a mãe dele, que cuida das crianças sozinha e mora de aluguel, estava desempregada.”

O episódio aconteceu em Sumaré, interior de São Paulo, na rede estadual de ensino.

É preciso destacar que esses não são casos isolados, outros acontecimentos são constantemente relatados em todo o país.

Atualmente, o Brasil tem mais de 13 milhões de pessoas desempregadas e inflação teve uma alta acumulada de mais de 13% em um ano, conforme dados recentes do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Segundo estudo da Universidade Livre de Berlim, a insegurança alimentar grave atingia 15% dos domicílios brasileiros em dezembro de 2020. Esse percentual chegava a 20,6% nos lares com crianças e jovens de 5 a 17 anos.

Vale ressaltar que, os estudantes que enfrentam a fome sofrem também com a perda de motivação e apresentam episódios agressivos com os professores e colegas. Além disso, esse tipo de privação provoca



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Francisco Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216708324500>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

dificuldade de aprendizagem no estudante, uma vez que ele não consegue se concentrar.

Com a crise social, os educadores fazem o que podem para ajudar. Muitos tem organizado coleta de alimentos, direcionando às famílias daqueles estudantes que estão passando necessidades. Entretanto, sozinhos, não poderão resolver esse problema. É preciso que o Poder Público intervenha, de todas as formas possíveis, a fim de solucionar esta triste realidade.

A proposta legislativa apresentada não trata da crise desde a raiz, ela vem como forma de garantir mais uma refeição para os estudantes, cidadãos brasileiros. É um lanche que visa garantir que o estudante possa aprender de forma adequada, para que futuramente, por meio da educação, transforme a sua realidade social.

Assim, diante do exposto e constatada a relevância e urgência da proposta, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado FRANCISCO JR
PSD/GO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Francisco Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216708324500>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

§1º Para efeito desta Lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável. *[\(Parágrafo único transformado em §1º pela Lei nº 12.982, de 28/5/2014, publicada no DOU de 29/5/2014, em vigor 90 dias após sua publicação\)](#)*

§ 2º Para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento. *[\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.982, de 28/5/2014, publicada no DOU de 29/5/2014, em vigor 90 dias após sua publicação\)](#)*

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

.....



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal, de 1988, arts. 6º, 205, 208 e 211.
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.
Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 08 de maio de 2006.
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
Lei nº 11.524 de 24 de setembro de 2007.
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.
Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010.
Resolução Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, 23 de agosto de 2010.
Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.
Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.
Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.
Resolução CD/FNDE nº 2, de 18 de janeiro de 2012.
Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas “a” e “b”; 5º, *caput*; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal nos artigos 6º, 205, 208, inciso VII, e artigo 211;

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO que o Artigo 6º da Constituição Federal, após a EC 064/2010, estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”;

CONSIDERANDO a importância das ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional;

CONSIDERANDO a importância da intersetorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros;

CONSIDERANDO o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local; e

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar normativos dispersos em vários dispositivos legais e de inserir novas orientações ao público,

R E S O L V E “AD REFERENDUM”:

Art. 1º Estabelecer as normas para a execução técnica, administrativa e financeira do PNAE aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais.

Parágrafo único. A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vista ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DO OBJETIVO DO PROGRAMA

Art. 2º São diretrizes da Alimentação Escolar:

CAPÍTULO V
DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 12 A coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das escolas federais, será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições.

§1º Compete ao nutricionista Responsável Técnico – RT pelo Programa e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, entre outras atribuições estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010:

I – realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes;

II – planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares; e

III – coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional.

§2º A EEx. deverá oferecer condições suficientes e adequadas de trabalho para o profissional e cumprir os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, previstos na Resolução CFN nº 465/2010.

§3º O nutricionista que atua no Programa deverá ser obrigatoriamente vinculado à EEx. e estar cadastrado no FNDE, na forma estabelecida no Anexo II desta Resolução.

Seção I
Das ações de Educação Alimentar e Nutricional

Art. 13 Para fins do PNAE, será considerada Educação Alimentar e Nutricional – EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

§1º As EEx. poderão considerar ações de EAN, entre outras, aquelas que:

I – promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 4.265, DE 2021

(Do Sr. Eduardo da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de alimentação escolar duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-4156/2021. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO QUE A CFT DEVERÁ SE PRONUNCIAR SOBRE O MÉRITO DA MATÉRIA.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

PROJETO DE LEI n.º , DE 2021

(Do Senhor Eduardo da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de alimentação escolar duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. É obrigatória a oferta de alimentação escolar duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública, da seguinte forma:

I - Primeira Merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas;

II - Segunda Merenda, servida durante o recreio.” (NR)

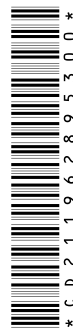
Art. 2º Para custear a oferta de alimentação escolar duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública, com regulamentação do Poder Executivo e sem prejuízo de outras fontes de recursos, o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 3º

I - 20% (vinte por cento), no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211962895300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

.....

II-A - 25% (vinte e cinco por cento), no caso das pessoas jurídicas bancos de qualquer espécie referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;”. (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei propõe que os alunos das escolas públicas tenham duas merendas, diariamente. A Primeira Merenda deverá ser servida assim que o aluno chegar à escola, antes do início das aulas. A Segunda Merenda é a merenda tal qual se faz nos dias de hoje, servida durante o recreio. O Poder Executivo deverá regulamentar as duas merendas dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os alunos de todos os turnos devem receber essa alimentação antes das aulas se iniciarem, como medida nutricional para melhorar o seu rendimento escolar, a sua capacidade de raciocínio e a absorção dos conhecimentos passados em sala de aula.

Segundo informações do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE),¹ o PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo mencionado órgão e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) e com o Programa

¹ <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211962895300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Mundial de Alimentos (PMA), por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A merenda escolar tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.²

Devido à pandemia e à crise econômica do país, atualmente 116 milhões de brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar e ao menos 19 milhões estão passando fome. As principais vítimas da insegurança alimentar são as crianças, já que, no caso delas, a condição pode comprometer o crescimento e o desenvolvimento físico e cognitivo necessários para que rompam a bolha da extrema pobreza.³

Assim, mostra-se imprescindível garantir que os nossos alunos da rede pública de ensino tenham uma alimentação adequada, realizando duas refeições na escola. Dessa maneira poderemos combater a fome e também a evasão escolar, proporcionando às nossas crianças e adolescentes melhores chances de terem uma vida melhor para si e suas famílias.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 2 de dezembro de 2021

Deputado **EDUARDO DA FONTE**
PP/PE

2 <https://www.fn-de.gov.br> > 116-alimentacao-escolar

3 <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo da Fonte

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211962895300>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
 Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
 Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

.....

LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988

Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 22, de 1988, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, HUMBERTO LUCENA, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

.....
 Art. 3º A alíquota da contribuição é de: *“Caput” do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 413, de 3/1/2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23/6/2008*

I - 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; *Inciso acrescido pela Medida Provisória nº 413, de 3/1/2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23/6/2008, e com nova redação dada pela Lei nº 14.183, de 14/7/2021*

II - *Inciso acrescido pela Lei nº 13.169, de 6/10/2015, e revogado pela Lei nº 14.183, de 14/7/2021*

II-A - 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte

por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e [Inciso acrescido pela Lei nº 14.183, de 14/7/2021](#)

III - 9% (nove por cento), no caso das demais pessoas jurídicas. [Primitivo inciso II acrescido pela Medida Provisória nº 413, de 3/1/2008, convertida na Lei nº 11.727, de 23/6/2008, renumerado pela Lei nº 13.169, de 6/10/2015, produzindo efeitos a partir do 1º dia do 4º mês subsequente ao da publicação da Medida Provisória nº 675, de 21/5/2015, publicada no DOU de 22/5/2015](#)

Art. 4º São contribuintes as pessoas jurídicas estabelecidas no País e as que lhe são equiparadas pela legislação tributária, ressalvadas as vedadas na alínea 'b' do inciso VI do *caput* do art. 150 da Constituição Federal, na forma restritiva prevista no § 4º do mesmo artigo. [“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 14.057, de 11/9/2020, vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicado na Edição Extra D do DOU de 26/3/2021](#)

Parágrafo único. Conforme previsto nos arts. 106 e 110 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passam a ser consideradas nulas as autuações feitas em descumprimento do previsto no *caput* deste artigo, em desrespeito ao disposto na alínea “b” do inciso VI do *caput* do art. 150 da Constituição Federal, na forma restritiva prevista no § 4º do mesmo artigo. [Parágrafo único acrescido pela Lei nº 14.057, de 11/9/2020, vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicado na Edição Extra D do DOU de 26/3/2021](#)

LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º São consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Lei Complementar:

- I - os bancos de qualquer espécie;
- II - distribuidoras de valores mobiliários;
- III - corretoras de câmbio e de valores mobiliários;
- IV - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
- V - sociedades de crédito imobiliário;
- VI - administradoras de cartões de crédito;
- VII - sociedades de arrendamento mercantil;
- VIII - administradoras de mercado de balcão organizado;
- IX - cooperativas de crédito;
- X - associações de poupança e empréstimo;
- XI - bolsas de valores e de mercadorias e futuros;
- XII - entidades de liquidação e compensação;
- XIII - outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º As empresas de fomento comercial ou factoring, para os efeitos desta Lei

Complementar, obedecerão às normas aplicáveis às instituições financeiras previstas no § 1º.

§ 3º Não constitui violação do dever de sigilo:

I - a troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais, inclusive por intermédio de centrais de risco, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

II - o fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito, observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil;

III - o fornecimento das informações de que trata o § 2º do art. 11 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996;

IV - a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;

V - a revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados;

VI - a prestação de informações nos termos e condições estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9 desta Lei Complementar;

VII - o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos, relativos a operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento de pessoas naturais ou jurídicas, a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito, nos termos de lei específica. [*Inciso acrescido pela Lei Complementar nº 166, de 8/4/2019, publicada no DOU de 9/4/2019, em vigor 91 dias após a publicação*](#)

§ 4º A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, e especialmente nos seguintes crimes:

I - de terrorismo;

II - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção;

IV - de extorsão mediante seqüestro;

V - contra o sistema financeiro nacional;

VI - contra a Administração Pública;

VII - contra a ordem tributária e a previdência social;

VIII - lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores;

IX - praticado por organização criminosa.

Art. 2º O dever de sigilo é extensivo ao Banco Central do Brasil, em relação às operações que realizar e às informações que obtiver no exercício de suas atribuições.

§ 1º O sigilo, inclusive quanto a contas de depósitos, aplicações e investimentos mantidos em instituições financeiras, não pode ser oposto ao Banco Central do Brasil:

I - no desempenho de suas funções de fiscalização, compreendendo a apuração, a qualquer tempo, de ilícitos praticados por controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos de instituições financeiras;

II - ao proceder a inquérito em instituição financeira submetida a regime especial.

§ 2º As comissões encarregadas dos inquéritos a que se refere o inciso II do § 1º poderão examinar quaisquer documentos relativos a bens, direitos e obrigações das instituições financeiras, de seus controladores, administradores, membros de conselhos estatutários, gerentes, mandatários e prepostos, inclusive contas correntes e operações com outras instituições financeiras.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à Comissão de Valores Mobiliários, quando

se tratar de fiscalização de operações e serviços no mercado de valores mobiliários, inclusive nas instituições financeiras que sejam companhias abertas.

§ 4º O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência, poderão firmar convênios:

I - com outros órgãos públicos fiscalizadores de instituições financeiras, objetivando a realização de fiscalizações conjuntas, observadas as respectivas competências;

II - com bancos centrais ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivando:

a) a fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras;

b) a cooperação mútua e o intercâmbio de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas.

§ 5º O dever de sigilo de que trata esta Lei Complementar estende-se aos órgãos fiscalizadores mencionados no § 4º e a seus agentes.

§ 6º O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e os demais órgãos de fiscalização, nas áreas de suas atribuições, fornecerão ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras COAF, de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, as informações cadastrais e de movimento de valores relativos às operações previstas no inciso I do art. 11 da referida Lei.

.....
.....

PROJETO DE LEI N.º 2.344, DE 2022 **(Do Sr. José Nelto)**

Dispõe sobre a disponibilização de alimentos alternativos para alunos que tenham intolerância ou alergia que os imponha restrições alimentares e dá outras providências.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-4156/2021.

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022
(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Dispõe sobre a disponibilização de alimentos alternativos para alunos que tenham intolerância ou alergia que os imponha restrições alimentares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º As unidades educacionais da rede pública ficam obrigadas a disponibilizar alimentos alternativos para alunos que tenham intolerância ou alergia que lhe imponham restrições alimentares.

Parágrafo Único: Nos casos de intolerância ou alergia alimentar, o aluno deverá apresentar declaração médica que ateste a sua condição.

Art. 2º O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a fiel execução desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretende regulamentar a disponibilização de alimentos alternativos para alunos de instituições públicas que tenham intolerância ou alergia que lhes importe em restrições alimentares e dá outras providências.



A merenda escolar oferecida nas escolas públicas é importante ao desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-o em todos os aspectos: físico motor, intelectual, afetivo, emocional, econômico e social. Esses aspectos de bem-estar contribuem para que o sujeito tenha condições satisfatórias para aprender.¹

A segurança no ambiente escolar depende do trabalho em parceria da família com a escola para que, juntas, possam acolher o estudante com alergia alimentar. Quanto melhor o acolhimento de quem tem alergia alimentar, menor o risco de o aluno se sentir excluído e de acontecerem situações constrangedoras, como a prática de bullying por parte de colegas.²

Em razão disso e, com simples mudanças, a presente proposição irá resguardar os alunos que possuem algum tipo de restrição alimentar e necessitam da merenda fornecida em instituições públicas.

Dada a relevância temática, submeto esta proposição aos ilustres pares, rogando o imprescindível apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PP/GO)

1 <https://rsdjournal.org> ›

2 <https://alergiaalimentarbrasil.com.br>



PROJETO DE LEI N.º 2.575, DE 2023

(Do Sr. Lula da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de, pelo menos, duas merendas escolares por turno aos alunos da educação básica e pública, sendo a Segunda Merenda à conta da despesa obrigatória prevista no art. 212 da Constituição Federal.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-4265/2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

PROJETO DE LEI n.º , DE 2023.

(Do Senhor Lula da Fonte)

Torna obrigatória a oferta de, pelo menos, duas merendas escolares por turno aos alunos da educação básica e pública, sendo a Segunda Merenda à conta da despesa obrigatória prevista no art. 212 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A presente Lei tem o objetivo de tornar obrigatória a oferta de, no mínimo, duas refeições escolares por turno aos alunos da educação básica e pública.

Art. 2º. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art.

3º

§ 1º. É obrigatória a oferta de alimentação escolar ao menos duas vezes por turno aos alunos da educação básica e pública, da seguinte forma:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

I - Primeira Merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas;

II - Segunda Merenda, servida durante o recreio.

§2º. As despesas com a oferta Segunda Merenda, prevista no § 1º, serão custeadas com os recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei propõe que os alunos das escolas públicas tenham, ao menos, duas merendas diariamente e que as despesas com a alimentação da Segunda Merenda, cuja oferta já é obrigatória, sejam custeadas com a aplicação obrigatória das dotações na educação, conforme previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Nossa proposta é que a Primeira Merenda escolar seja servida assim que o aluno chegar à escola, antes do início das aulas, e a Segunda durante o recreio.

Os alunos de todos os turnos devem receber essa alimentação antes das aulas se iniciarem, como medida nutricional para melhorar o seu rendimento escolar, a sua capacidade de raciocínio e a absorção dos conhecimentos passados em sala de aula.

Segundo informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo mencionado órgão e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado.


Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

A merenda escolar tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Nossa proposta visa garantir que os nossos alunos da rede pública de ensino tenham uma alimentação adequada, realizando duas refeições na escola. Dessa maneira poderemos combater a fome e, também, a evasão escolar, proporcionando às nossas crianças e adolescentes melhores chances de terem uma vida melhor para si e suas famílias.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2023.


Deputado **LULA DA FONTE**
PP/PE





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL Art.212	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988
LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009 Art.3º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009-06-16;11947

PROJETO DE LEI N.º 345, DE 2026

(Do Sr. Daniel Barbosa)

Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para enumerar casos de estudantes em estado ou condição de saúde específica que necessitem de atenção nutricional especializada.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL 2344/2022.



PROJETO DE LEI Nº , DE 2026
(Do Sr. DANIEL BARBOSA)

Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 11.947, de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para enumerar casos de estudantes em estado ou condição de saúde específica que necessitem de atenção nutricional especializada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 12.....
.....

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo se aplica, entre outros, aos casos de estudantes hiperglicêmicos, hipoglicêmicos, celíacos, alunos com transtorno do espectro autista e com restrições alimentares comprovadas através de laudo médico.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º do art. 12 da Lei nº 11.947, de 2009, já dispõe que “para os alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, será elaborado cardápio especial





com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas, conforme regulamento”.

Essa atenção nutricional individualizada nem sempre tem sido adequadamente oferecida nas redes públicas. É preciso tornar a norma mais explícita, para induzir, de modo enfático, a sua imperiosa e necessária aplicação aos estudantes que têm direito a essa atenção.

O presente projeto de lei, portanto, enumera, sem prejuízo de outros, os principais casos de estudantes em estado ou condição de saúde específica que requerem tal atenção.

Estou seguro de que o mérito dessa iniciativa haverá de ser reconhecido pelos ilustres Pares, emprestando-lhe o necessário apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2026.

DANIEL BARBOSA

Deputado Federal



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200906-16;11947
--	---

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.156, DE 2021

Apensados: PL nº 4.265/2021, PL nº 2.344/2022, PL nº 2.575/2023 e
PL 345/2026

Altera o art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para instituir a obrigatoriedade da oferta diária de lanche para estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

Autor: Deputado FRANCISCO JR.

Relatora: Deputada CLARISSA TÉRCIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.156, de 2021, de autoria do ilustre Deputado Francisco Jr., pretende alterar a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”, para obrigar o poder público a fornecer diariamente lanche, no período que antecede o início das aulas, para os estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

A proposição dispõe ainda que o cardápio deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no art. 14 da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE nº 26, de 2013, quais sejam: “no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial”; “no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais,



distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral, inclusive as localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos”; “no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial”; “no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os alunos matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial”; e “no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral.”¹

Em sua justificação, o autor ressalta a importância dos alimentos para garantir os nutrientes necessários para o correto funcionamento do organismo, inclusive para a função cognitiva.

Contudo, destaca que não são isolados os relatos de alunos que passam fome, considerando que havia cerca de 13 milhões de pessoas desempregadas à época da apresentação da proposição, com uma inflação de 13% ao ano. Segundo dados apresentados pelo autor, a insegurança alimentar grave atingia 15% dos domicílios brasileiros em 2020.

Para o autor, os reflexos desses problemas são graves no processo educacional, pois os estudantes que enfrentam a fome também sofrem com perda de motivação e episódios de agressividade com professores e colegas, prejudicando o processo de aprendizagem.

Os seguintes projetos foram pensados ao projeto principal:

- Projeto de Lei nº 4.265, de 2021, do Deputado Eduardo da Fonte, que “Torna obrigatória a oferta de alimentação escolar duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública”. De acordo com a proposta, deverão ser servidas as seguintes refeições na educação básica e pública: “I - Primeira Merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas; II - Segunda Merenda,

¹ <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013>



servida durante o recreio.” Para custear essas refeições, propõe-se aumento de alíquota, de 15% para 20%, da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e de 20% para 25% no caso de bancos de qualquer espécie referidos no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

- Projeto de Lei nº 2.575, de 2023, do Deputado Lula da Fonte, que “Torna obrigatória a oferta de, pelo menos, duas merendas escolares por turno aos alunos da educação básica e pública, sendo a Segunda Merenda à conta da despesa obrigatória prevista no art. 212 da Constituição Federal.” A proposta é semelhante à anterior no tocante às refeições a serem fornecidas. Quanto ao custeio, prevê-se que “As despesas com a oferta Segunda Merenda, prevista no § 1º, serão custeadas com os recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal”, que prevê que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”
- Projeto de Lei nº 2.344, de 2022, do Deputado José Nelto, que “Dispõe sobre a disponibilização de alimentos alternativos para alunos que tenham intolerância ou alergia que os imponha restrições alimentares e dá outras providências.” A proposta dispõe que as unidades educacionais da rede pública ficam obrigadas a disponibilizar alimentos alternativos para alunos que tenham intolerância ou alergia que lhe imponham



restrições alimentares, devendo os alunos apresentar declaração médica que ateste a sua condição.

- Projeto de Lei nº 345, de 2026, do Deputado Daniel Barbosa, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, para enumerar casos de estudantes em estado ou condição de saúde específica que necessitem de atenção nutricional especializada.

As proposições tramitam em regime ordinário e foram distribuídas originalmente, para apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Educação; de Finanças e Tributação (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Em 4 de outubro de 2023, foi aprovado Requerimento para que a matéria seja apreciada pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em substituição à extinta Comissão de Seguridade Social e Família.

No prazo regimental, no âmbito desta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, não foram oferecidas emendas às proposições.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 4.156, de 2021, pretende alterar a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que “Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica”, com o objetivo de garantir o fornecimento diário de lanche, por parte do poder público, aos estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino, no período que antecede o início das aulas.

Foram apensados quatro projetos ao principal: os Projeto de Lei nº 4.265, de 2021, nº 2.575, de 2023, o nº 2.344, de 2022 e o 345, de



2026. Os Projetos de Lei nº 4.265, de 2021, e nº 2.575, de 2023, dispõem que deve ser ofertada alimentação duas vezes ao dia aos alunos da educação básica e pública, devendo a primeira merenda ser servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas e a segunda durante o recreio. Para custear essas refeições, o primeiro Projeto propõe aumento, de 15% para 20%, da contribuição social sobre o lucro de algumas pessoas jurídicas, como de seguros privados e de capitalização e outras referidas na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e de 20% para 25% no caso de bancos de qualquer espécie referidos no inciso I do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Já a segunda prevê que as despesas com a oferta da segunda merenda serão custeadas com os recursos previstos no art. 212 da Constituição Federal, que prevê que “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Por fim, os Projetos de Lei nº 2.344, de 2022, do Deputado José Nelto, e nº 345, de 2026 do Deputado Daniel Barbosa, dispõem que as unidades educacionais da rede pública ficam obrigadas a disponibilizar alimentos alternativos e específicos para alunos que tenham intolerância alergia ou condições que lhes imponham restrições alimentares.

O projeto principal e os apensados convergem no objetivo de obrigar o poder público ao fornecimento de alimentação aos estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

Embora a política de educação não faça parte da seguridade social, composta pelo tripé saúde, previdência e assistência social, seus reflexos sobre o bem-estar das pessoas e sobre a aplicação dessas políticas de proteção social são inegáveis. A proteção social previdenciária, por exemplo, apenas é viabilizada mediante o recolhimento prévio de contribuições, o que pressupõe normalmente inclusão no mercado de trabalho, a qual, por sua vez, está diretamente ligada a índices educacionais.

Dessa forma, para que os segurados tenham acesso a benefícios previdenciários quando não puderem mais trabalhar, em virtude de



idade avançada, incapacidade laboral, nascimento de filhos, entre outras hipóteses, é importante que estejam formalmente incluídos no mercado, seja por meio de empregos, seja empreendendo ou trabalhando de forma autônoma. Em qualquer hipótese, uma boa formação escolar é um fator determinante para uma inclusão qualitativa no mercado de trabalho.

De acordo com o economista Fernando Veloso, “A melhoria da educação contribui para uma inserção mais produtiva da população no mercado de trabalho, o que se manifesta de diversas formas, como aumento do salário e maior probabilidade de obtenção de um emprego formal.” Ressalta esse autor que, desde 1992, tem havido reduções significativas dos grupos menos escolarizados e aumento sistemático da participação dos grupos mais escolarizados, com um aumento médio de 4,8 anos na escolaridade média da mão de obra, que passou de 6,4 anos em 1992 para 11,2 anos em 2020.²

Um dos fatores que são determinantes para a permanência e conclusão do ensino fundamental e médio é o fornecimento da alimentação durante o período de permanência na escola. Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) prever que o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” é um dever do Estado na educação escolar pública, ainda há uma fração significativa de estudantes que não a recebem ou a recebem de forma insuficiente.

Pesquisa do Observatório da Alimentação Escolar concluiu que “a assistência alimentar durante o fechamento das escolas públicas não chegou a todos, e que há grande irregularidade e perda da qualidade da alimentação dos estudantes”.³ A pesquisa revelou, ainda, que “antes da pandemia, a grande maioria das/os estudantes (85%) se alimentava na escola. 68% disseram que todos os dias eram oferecidos pratos de comida, porém 13% só recebiam lanches. As respostas mostram um bom grau de aceitação

² Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/educacao-e-mercado-de-trabalho>>.

³ Disponível em: <



quanto à quantidade da alimentação ofertada na escola. 78% consideram suficiente, porém 22% consideram pouca.”

Os projetos de lei em análise têm o mérito, em nossa visão, de disciplinar de forma mais clara a obrigação do poder público de oferecer alimentação em quantidade e qualidade adequados para todos os estudantes, o que certamente contribuirá para a redução de índices da evasão escolar e promoverá de forma mais efetiva o processo de aprendizagem.

Considerando a convergência das propostas, consideramos que merecem ser aprovadas na forma de Substitutivo, no qual procuramos contemplar, da forma mais ampla possível, o direito à alimentação dos estudantes das escolas públicas, incluindo, entre outras, a proposta dos PLs nº 4.265, de 2021, e nº 2.575, de 2023, de oferta de ao menos duas refeições diárias. Além disso, procuramos contemplar a previsão do PL nº 2.344, de 2022, e do PL 345, de 2026 de garantia de alimentação adequada a estudantes com intolerância ou alergia.

No tocante à proposta do PL nº 4.265, de 2021, de instituição de fonte de custeio mediante aumento de alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, cumpre ressaltar que, embora de grande relevância, o fornecimento de alimentação aos estudantes não pode ser financiado com essa contribuição, que tem por objetivo definido pela alínea “c” do inciso I do art. 195 da Constituição, o financiamento das políticas da seguridade social (previdência, assistência social e saúde). O fornecimento de alimentação aos estudantes durante o período de permanência nas escolas é uma política educacional, cujo financiamento compete ao Estado com recursos do orçamento fiscal. Nesse sentido, a Lei nº 11.947, de 2009, dispõe que o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem como fonte de financiamento recursos financeiros consignados no orçamento da União, os quais devem ser repassados em parcelas aos estados, Distrito Federal e municípios e às escolas federais pelo FNDE.

Pelas razões expostas, somos pela **aprovação da proposição principal, o Projeto de Lei nº 4.156, de 2021, e de seus apensados, o Projeto de Lei nº 4.265, de 2021, o Projeto de Lei nº 2.344, de 2022, o**



Projeto de Lei nº 2.575, de 2023, e do Projeto de Lei nº 345, de 2026, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora



**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

**SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.156, DE 2021,
Nº 4.265, DE 2021, Nº 2.344, DE 2022, Nº 2.575, DE 2023 E Nº 345, DE
2026.**

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a obrigatoriedade da oferta diária de alimentação para estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de alimentação aos estudantes da educação pública básica.

Art. 2º A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

Parágrafo único. É obrigatória a oferta de alimentação escolar gratuita duas vezes ao dia aos alunos da educação pública básica, da seguinte forma:

I - primeira merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas;

II - segunda merenda, servida durante o recreio.” (NR)

“Art. 12.....

.....

§ 3º O cardápio a que se refere o caput deve atender às necessidades nutricionais específicas dos estudantes, inclusive daqueles com intolerância ou alergia a determinados alimentos, bem como a percentuais mínimos das necessidades diárias nutricionais, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação



Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada CLARISSA TÉRCIO
Relatora

2024-5773

Apresentação: 20/03/2026 15:16:24.100 - CPASF
PRL 3 CPASF => PL 4156/2021

PRL n.3





Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI Nº 4.156, DE 2021

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do PL 4156/2021, e do PL 4265/2021, do PL 2344/2022, do PL 2575/2023, e do PL 345/2026, apensados, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Clarissa Tércio.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Bruno Ganem - Presidente, Andreia Siqueira, Benedita da Silva, Chris Tonietto, Clarissa Tércio, Filipe Martins, Josivaldo Jp, Laura Carneiro, Meire Serafim, Nely Aquino, Pastor Diniz, Pastor Sargento Isidório, Rogéria Santos, Silvio Antonio, Ana Paula Lima, Castro Neto, Daniela do Waguinho, Flávia Moraes, Jorge Goetten, Leandre, Pastor Eurico e Silvia Cristina.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2026.

Deputado BRUNO GANEM
Presidente





SUBSTITUTIVO ADOTADO AOS PROJETOS DE LEI Nº 4.156, DE 2021, Nº 4.265, DE 2021, Nº 2.344, DE 2022, Nº 2.575, DE 2023 E Nº 345, DE 2026.

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a obrigatoriedade da oferta diária de alimentação para estudantes matriculados nas escolas da rede pública de ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de alimentação aos estudantes da educação pública básica.

Art. 2º A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. É obrigatória a oferta de alimentação escolar gratuita duas vezes ao dia aos alunos da educação pública básica, da seguinte forma:

I - primeira merenda, servida quando o aluno chega à escola, antes das aulas;

II - segunda merenda, servida durante o recreio.” (NR)

“Art. 12.....



§ 3º O cardápio a que se refere o caput deve atender às necessidades nutricionais específicas dos estudantes, inclusive daqueles com intolerância ou alergia a determinados alimentos, bem como a percentuais mínimos das necessidades diárias nutricionais, na forma do regulamento.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala da Comissão, 08 de abril de 2026

Deputado **BRUNO GANEM**

Presidente



FIM DO DOCUMENTO